
www.sei.ba.gov.br

Bahia Análise & Dados

INDÚSTRIA NO BRASIL E NA BAHIA: DESAFIOS E TENDÊNCIAS

Data limite para recebimento de artigos: 9 de abril de 2012

Data prevista para lançamento da publicação: 6 de julho de 2012

Coordenação editorial: Gustavo Pessoti, Luiz Mario Ribeiro Vieira e Urandi Paiva

Conselho editorial da revista *Bahia Análise & Dados*

Editor da revista *Bahia Análise & Dados*: Urandi Paiva

Editora-geral das Publicações SEI: Elisabete Cristina Teixeira Barretto

E-mail: aedindustria@sei.ba.gov.br

Telefones: (71) 3115 4825, 3115 4848 e 3115 4826

A revista *Bahia Análise & Dados*

A revista *Bahia Análise & Dados* é um periódico publicado trimestralmente pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento estadual.

Editada e registrada no International Standard Serial Number (ISSN) desde 1991, indexada ao Ulrich's International Periodicals Directory e ao sistema Qualis, da Capes, em 2002, a revista elevou progressivamente sua credibilidade e reconhecimento graças à abrangência de seu conteúdo e ao elevado nível de seus colaboradores. Com seus números mais recentes disponíveis para consulta no sítio da SEI (www.sei.ba.gov.br), a publicação vem alcançando um público amplo e diversificado, sendo muito demandada por instituições de ensino e pesquisa e por órgãos de planejamento.

A partir de 2 de fevereiro de 2012, a revista *Bahia Análise & Dados* aceitará, para fins de apreciação, artigos para um volume cujo tema é "Indústria no Brasil e na Bahia".

O número sobre indústria no Brasil e na Bahia

O final da primeira década do século XXI, marcado pela crise financeira internacional, resultou na transformação do modelo de inserção da indústria no comércio internacional, reacendendo o debate sobre os rumos do desenvolvimento industrial. Assim, editar uma coletânea de artigos sobre o assunto abre uma excelente oportunidade de reflexão e análise dos diferentes enfoques e perspectivas da indústria brasileira e baiana para os próximos anos.

www.sei.ba.gov.br

A indústria é o principal acelerador do crescimento das nações, essencial para o fortalecimento da economia e, sobretudo, capaz de contribuir com o crescimento da produtividade e da renda. O setor é também um instrumento promotor da qualificação profissional e vetor da competitividade. Qualquer que seja a estratégia de crescimento a ser implementada, ela deve, de forma imprescindível, estimular o crescimento industrial.

A competitividade de um país é determinada pelo padrão de vida de uma nação e pelo crescimento da produtividade, essencial ao sucesso econômico de longo prazo porque cria um círculo virtuoso em direção às atividades de maior valor agregado. Esse incremento depende, em larga escala, de diversos fatores, como investimentos, tecnologia, capital humano e inserção internacional, entre outros. Assim, o ganho de competitividade é fundamental para a maior penetração da indústria brasileira em mercados cada vez mais globalizados.

Os governos brasileiros e regionais, em cada etapa do processo de industrialização no país, adotaram políticas de proteção à indústria. No entanto, o mais importante de tudo faltou: competição para servir de padrão de produtividade. Focou-se apenas na ideia de economia de larga escala de produção para elevar o crescimento do PIB, ou seja, faltou o ambiente externo de uma economia de mercado competitiva.

Desde 2004, no Brasil, houve três políticas distintas. A Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE, 2004-2007) visou fortalecer a base institucional por meio da criação de agências e da modernização da legislação, para conferir maior efetividade aos instrumentos de indução à inovação. A Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP, 2008-2010), entre outras coisas, visou impulsionar o investimento e a inovação, tendo um papel crucial nas ações do governo federal no combate aos efeitos da crise financeira internacional. E o Plano Brasil Maior (PBM, 2011-2014), lançado recentemente, tem como prioridade a agregação de valor por meio da inovação. Com este plano, o governo federal estabelece uma política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior direcionada ao estímulo à inovação e à produção nacional, para alavancar a competitividade da indústria nos mercados interno e externo.

Inovação e competitividade foram prioridades claras em todas as políticas implementadas a partir de 2004, mas as metas e a organização de cada uma delas foram alteradas para dar conta de desafios inesperados. O objetivo atual é o aumento da produtividade, da renda e do emprego, numa perspectiva de desenvolvimento de longo prazo e sustentável, ao longo de toda a economia

www.sei.ba.gov.br

brasileira. A inovação tem um papel-chave, a fim de estabelecer ligações para melhorar a competitividade industrial. Neste novo contexto competitivo, é necessária uma alocação crescente de recursos públicos e privados para as atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D), qualificação do trabalho e do trabalhador. Neste sentido, a política pública deve promover a elevação da taxa de investimento no Brasil, o aumento da eficiência econômica nacional, para desenvolver e difundir novas tecnologias com maior potencial de indução do nível de atividade e de competição do Brasil no cenário comercial internacional.

Dentro deste contexto, o governo da Bahia lançou o documento “Política Industrial da Bahia – Estratégias e Proposições”, que evidencia os vetores estratégicos da indústria, com intuito de solucionar os estrangulamentos e aproveitar as oportunidades. Esse instrumento de diretrizes estratégicas empresariais coloca a possibilidade de atração de novos investimentos para consolidar as cadeias produtivas baianas. Nesse sentido, busca-se contribuir para a consolidação, ampliação e diversificação da indústria do estado da Bahia, através da menor concentração econômica em termos setoriais, empresariais e espaciais.

No entanto, faz-se necessário um avanço na eliminação dos entraves macroeconômicos à melhoria da competitividade. A apreciação do câmbio e a insuficiência de investimento sintetizam os maiores desafios da economia brasileira para a sustentação do crescimento em patamares elevados. A política de juros do Banco Central e a crescente carga tributária também representam dificuldades para o crescimento da indústria nacional.

O cenário atual de moeda valorizada, combinado com taxas de juros elevadas, intensifica a exportação de bens primários e o aumento de importações de manufaturados, conduzindo à redução da indústria de transformação no valor adicionado. Esse modelo de inserção da economia brasileira no comércio internacional é abordado por muitos especialistas como o principal fator de perda da competitividade internacional da indústria brasileira. Tal fenômeno tem sido denominado como “desindustrialização” ou “reprimarização” da pauta exportadora e causa significativos impactos na estrutura produtiva dos países, beneficiando alguns setores competitivos, por meio de novos mercados consumidores, e prejudicando outros, que não conseguem competir com os bens estrangeiros.

Esta perda de dinamismo da indústria produz uma variante da “doença holandesa”, ou o que alguns especialistas classificam de “desindustrialização precoce”. Isto é, a indústria deixa de ser o

www.sei.ba.gov.br

carro-chefe do crescimento econômico e cede espaço ao setor de serviços, que absorve o excedente de mão de obra sem obter ganhos de produtividade e, portanto, é incapaz de trazer o dinamismo necessário para que a economia faça a transição rumo ao grupo de países de mais alta renda per capita.

O desempenho de uma região em termos de crescimento industrial, comércio internacional, geração de emprego e inovação depende de ações consistentes de políticas públicas e privadas e não de uma inserção superficial na economia mundial. Neste sentido, a impulsão dos investimentos é estratégica, seja pela agregação de valor às cadeias produtivas e às exportações, seja pela ampliação da inovação tecnológica e da mão de obra qualificada exigida.

Enfim, essa edição tem como objetivo discutir cenários para a indústria nacional e local e verificar as tendências no curto e no médio prazo, principalmente num ambiente de crise da economia mundial e valorização do real. O enfoque é desenvolvimento econômico e tecnológico, competitividade, inovação, sustentabilidade, estratégias de empresas e políticas de governos capazes de promover o crescimento econômico e bem-estar social.

A revista abrangerá os seguintes eixos temáticos:

I. Modelo de crescimento industrial

- Inserção da indústria na nova ordem econômica mundial
- Fortalecimento da cadeia produtiva
- Reprimarização das exportações
- Questões cambiais X competitividade externa

II. Financiamento e investimento para o desenvolvimento industrial

- Baixo nível de investimento
- Perspectivas de política industrial para o Brasil e a Bahia
- Política de atração de investimentos e competição fiscal
- Incentivos governamentais
- Desoneração de cadeias produtivas
- Investimento em infraestrutura logística

www.sei.ba.gov.br

III. Estrutura industrial do Brasil e da Bahia

- Panorama atual da indústria no Brasil e na Bahia
- Processo de fusões e aquisições
- Atividades ou setores dinâmicos
- Concentração e espacialização industrial
- Políticas de apoio à PME
- Estratégias tecnológicas: pesquisa e desenvolvimento

IV. Desafios e tendências para a indústria brasileira

- Desindustrialização: tendência ou adversidade conjuntural
- Empregos qualificados e educação profissionalizante
- Aumento da competitividade da indústria
- Sustentabilidade ambiental e crescimento industrial

Vale lembrar que serão recebidos artigos que abordem, de forma teórica ou empírica, os temas expostos. Deve-se atentar que, além de estar de acordo com a própria pauta temática proposta, os artigos, preferencialmente inéditos, deverão respeitar as normas para publicação indicadas a seguir. Após seu recebimento, os trabalhos serão submetidos ao exame do conselho editorial da revista. Sendo aceitos, seus autores receberão, gratuitamente, dois exemplares da edição que os veicula.

Normas

1. Artigos

Os artigos devem:

- Ser enviados por e-mail, preferencialmente, desde que não excedam o limite de dois megabytes. Acima desse limite, em mídia de CD-ROM, acompanhada de cópia impressa.
- Ser apresentados em editor de texto de maior difusão (Word), formatados com entrelinhas de 1,5, margem esquerda de 3 cm, direita e inferior de 2 cm, superior de 2,5 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12.
- Ser assinados por, no máximo, três autores.
- Ser apenas um por autor, exceto no caso de participação como coautor.
- Incluir, em nota de rodapé, os créditos institucionais do autor, referência à atual atividade profissional, titulação, endereço para correspondência, telefone, e-mail.
- Ter, no mínimo, 15 páginas e, no máximo, 25.

www.sei.ba.gov.br

- Vir acompanhados de resumo e *abstract* com, no máximo, 10 linhas, entrelinha simples, contendo, quando cabível, tema, objetivos, metodologia, principais resultados e conclusões. Abaixo do resumo e do *abstract*, incluir até cinco palavras-chave e *keywords*, separadas entre si por ponto e finalizadas também por ponto.
- Apresentar padronização de título, de forma a ficar claro o que é título e subtítulo. O título deve se constituir de palavra, expressão ou frase que designe o assunto ou conteúdo do texto. O subtítulo, apresentado em seguida ao título e dele separado por dois pontos, visa esclarecê-lo ou complementá-lo.
- Contar com tabelas e demais tipos de ilustrações (desenhos, esquemas, figuras, fluxogramas, fotos, gráficos, mapas etc.) numerados consecutivamente com algarismos arábicos, na ordem em que forem citados no texto, com os títulos, legendas e fontes completas, e serem localizados o mais próximo possível do trecho a que se referem.
- Conter todo e qualquer tipo de ilustração acompanhado dos originais, de forma a garantir fidelidade e qualidade na reprodução. Se as fotografias forem digitalizadas, devem ser escaneadas em 300 dpi (CMYK), com cor real e salvas com a extensão TIFF. Se forem em preto e branco, devem ser escaneadas em 300 dpi, em tons de cinza. Se for usada máquina digital, deve-se utilizar o mesmo procedimento com relação a dpi e extensão, de acordo com o item “Ilustrações” do *Manual de Redação e Estilo da SEI*, disponibilizado em www.sei.ba.gov.br, no menu “Publicações”.
- Destacar citações diretas que ultrapassem três linhas, apresentando-as em outro parágrafo, com recuo de 4 cm à esquerda, tamanho de fonte 10 e sem aspas (NBR 10520:2002 da ABNT).
- Quando da inclusão de depoimentos dos sujeitos, apresentá-los em parágrafo distinto do texto, entre aspas, com letra e espaçamento igual ao do texto e recuo esquerdo, de todas as linhas, igual ao do parágrafo.
- Evitar as notas, sobretudo extensas, usando-as apenas quando outras considerações ou explicações forem necessárias ao texto, para não interromper a sequência lógica da leitura e não cansar o leitor.
- Indicar as notas de rodapé por números arábicos, aparecendo, preferencialmente, de forma integral na mesma página em que forem inseridas.
- Conter referências completas e precisas, adotando-se o procedimento informado a seguir.

2. Referências

No transcorrer do texto, a fonte da citação direta ou da paráfrase deve ser indicada pelo

www.sei.ba.gov.br

sobrenome do autor, pela instituição responsável ou, no caso de autoria desconhecida, pela primeira palavra do título da obra seguida de reticências, ano e página. Quando incluída na sentença, deve ser grafada em letras maiúsculas e minúsculas, e quando estiver entre parênteses, deve ter todas as letras maiúsculas. Exemplos:

A estruturação produtiva deveria se voltar para a exploração econômica de suas riquezas naturais, conforme esclarece Castro (1980, p. 152).

“O outro lado da medalha dessa contraposição da Inglaterra civil e adulta às raças selvagens e de menoridade é o processo pelo qual a barreira, que na metrópole divide os servos dos senhores, tende a perder a sua rigidez de casta” (LOSURDO, 2006, p. 240).

No final do artigo, deve aparecer a lista de referências, em ordem alfabética, em conformidade com a norma NBR 6023:2002 da ABNT.

Exemplos:

PARA LIVROS:

BORGES, Jafé; LEMOS, Gláucia. *Comércio baiano: depoimentos para sua história*. Salvador: Associação Comercial da Bahia, 2002.

PARA ARTIGOS E/OU MATÉRIA DE REVISTA, BOLETIM ETC.:

SOUZA, Laumar Neves de. Essência x aparência: o fenômeno da globalização. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 12, n. 3, p. 51-60, dez. 2002.

PARA PARTES DE LIVROS:

MATOS, Ralfo. Das grandes divisões do Brasil à idéia do urbano em rede tripartite. In: _____ (Org.). *Espacialidades em rede: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: C/Arte, 2005. p. 17-56.

Na lista de referências, os títulos dos livros devem aparecer sempre em itálico. Os subtítulos, apesar de citados, não recebem o mesmo tratamento. No caso de artigo/matéria de revista ou jornal, o itálico deve ser colocado no título da publicação. A lista de referências deve ser alinhada à esquerda e conter apenas os trabalhos efetivamente utilizados na elaboração do artigo.

3. Originais

Os originais apresentados serão considerados definitivos. Caso sejam aprovados, as provas só serão submetidas ao autor quando solicitadas previamente. Serão também considerados como

www.sei.ba.gov.br

autorizados para publicação por sua simples remessa à revista, não implicando pagamento de direitos autorais. A editoria-geral da SEI e a coordenação editorial do volume, em caso de aceitação do texto, reservam-se o direito de sugerir ou modificar títulos, formatar tabelas e ilustrações, entre outras intervenções, a fim de atender ao padrão editorial e ortográfico adotado pela instituição e expresso no *Manual de Redação e Estilo da SEI*, disponibilizado em www.sei.ba.gov.br, no menu “Publicações”. Comprometem-se ainda a responder por escrito aos autores e, em caso de recusa, a enviar-lhes os resumos dos pareceres.